



POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE CRÍTICA-REFLEXIVA DOS CONCEITOS E TEORIAS, RELACIONADO AO FRACASSO ESCOLAR

Leonardo Barnet de Souza Lucas¹

Resumo

Este artigo aborda as teorias e os conceitos de política pública, com o objetivo de fixar estes significados para melhor compreensão do atual sistema educacional e como os professores podem trabalhar em cima das políticas determinadas pelos governantes. A leitura das obras foi realizada de forma reflexiva e com fichamentos de leitura, realizadas as críticas necessárias para construção do artigo. Primeiramente veremos do que se tratam as políticas públicas, logo em seguida a relação com o fracasso escolar e as considerações finais, considerando que os textos são comentários do que os autores tratam sobre o assunto.

Palavras-chave: Política pública – Educacional – Fracasso Escolar

Introdução

As políticas públicas educacionais tem se destacado no assunto da elaboração das aulas, no cotidiano dos professores, para isso se torna necessário entender qual o conceito e as teorias de Políticas Públicas. Através de leitura reflexiva e análise crítica dos autores Reinaldo Dias, Enrique Saravia e Elizabete Ferrazi, que trazem essas teorias e o conceito da política pública em suas obras, podemos visualizar que essas políticas assemelhadas ao planejamento estratégico empresarial fazem do nosso sistema político um desafio aos professores a adaptar em suas salas de aula, um planejamento enquadrado para um padrão de sociedade. O fracasso escolar avaliado pela obra de Bernard Charlot, inclui deficiências no processo de educação dos indivíduos em situação de fracasso.

¹ Acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Luterana do Brasil, Campus Guaíba, 6º semestres em 2018/1

Análise crítica-reflexiva

Na atual conjuntura política do Estado brasileiro, para que se forme uma democracia social é preciso administrar os bens e deveres públicos e políticos. Comparando a uma empresa em sua construção hierárquica, o Estado se assemelha a esta estrutura para atender as necessidades do povo. Utilizar a estrutura empresarial de administração no sistema público é torna-lo mais organizado – porém não menos burocrático - e hierarquizado, desvinculado de partidos, dando maior transparência a atividade estatal, onde o administrador como dominante das políticas públicas, zela pelo interesse e defensoria pública, pelo povo e para o povo, não eximindo as ações dos governantes. Mesmo tendo a ideia apartidária dessa administração, é inegável que atualmente no Brasil ainda é predominante os partidos em poderes de ministérios, o que empobrece a democracia. A partir dos estudos pioneiros de administração pública de Woodrow Wilson, Saravia (2006) contempla:

[...] Sua preocupação nos próximos anos a 1880, era a criação de uma classe administrativa apartidária, selecionada na base do mérito, para assim, neutralizar o nepotismo e o favoritismo que dominavam a administração pública norte-americana do século XIX. Wilson acreditava que o “o negócio do governo é organizar o interesse comum contra os interesses especiais”. (SARAVIA, Enrique, 2006 p. 22)

Inicia-se uma ideia democrática de administrar o que é de todos. No momento em que se estabelece o termo apartidário, temos a ideia e a ação de um ator mais responsável e racional pelo bem de todos e não político com intenções políticas, que alimentam o poder e a corrupção. Deixa-se de atender interesses de um grupo com maior influência perante os governantes, para sanar as carências e necessidades de uma nação, consolidando o Estado Democrático. A existência de uma administração pública torna a sociedade mais democrática, mais organizada, mais transparente e burocrática. Onde se vive em um Estado Democrático, e o bem comum é assegurado pelo governo, este deve ter credibilidade e dar certa confiança para o povo, uma vez que a democracia é perigosa no sentido de guerras civis, de liberdade de expressão e a luta pelos direitos igualitários. A administração pública exerce o maior papel para que conflitos na nação não ocorram, para isso deve haver transparência e constitucionalidade.

A população exige coparticipação nas atividades estatais. Através da comunicação e da mídia, torna-se mais fácil a exposição da realidade do planejamento estatal, ainda que demorado, portanto não atendendo de imediato à população conforme suas necessidades. Fragilizado, o Estado insere a ideia de política pública a qual se fortalece através desta e das tecnologias, tornando a ação estatal transparente e democrática. Historicamente, um fato importante para a Democracia, considerada utópica. Tornando mais acelerado o processo de atendimento às necessidades públicas, as Políticas Públicas caracterizam o Estado Democrático e enfatiza a administração pública, fazendo-se assim mais eficaz e de credibilidade, onde o povo participa conforme a dinâmica do Estado, fazendo um planejamento na prática, proporcionando base a futuros acontecimentos e direcionando o Estado a saber o que fazer.

Nesta perspectiva, fica visível de que as políticas públicas são também uma adequação do planejamento estratégico empresarial. O qual na administração moderna torna-se indispensável e de grande excelência o uso destas, porém devido a necessidade imediata, é o que difere de um planejamento estratégico que leva tempo para ser pensado e elaborado, a dinâmica do Estado não permite este tempo. Para Dias (2002):

[...] Em síntese o “bem comum” não é o bem de todos – como se “todos” fosse uma unidade real -, mas o conjunto de condições apropriadas para que todos – “grupos intermediários” e pessoas individuais – alcancem seu “bem particular”. (DIAS, Reinaldo, 2002 p. 8-9)

Sendo o bem comum, o objetivo principal do governo, logo se presume que a finalidade das Políticas Públicas seria para este, bem como podemos analisar que a sua característica é de ser para todos, algo comum, para os membros de uma sociedade. Visto que o comum não é uma unidade única e concreta, torna-se inalcançável o bem de todos uma vez que, as pessoas são diferentes e que este processo seria de adaptabilidade a todos, neste caso então, o bem comum é um conjunto de condições para apropriação de um grupo que enaltece a necessidade sendo uma realização pessoal e individual no sentido de que a realidade exige e que aqueles que não se identificam com tal política possam um dia a precisar da mesma, é na prática visto como algo empático vê-se necessário e essas são criadas, mesmo na prática não se enquadrando a um padrão de sociedade.

A racionalidade sendo a base fundamental das políticas públicas exige que muitos aspectos sejam analisados, de acordo com a necessidade, os amplos aspectos são estudados para a formulação desta política a ser implantada. Esta multidisciplinaridade sugere uma maior eficácia para a política e maior credibilidade e segurança a sociedade civil, tornando o processo mais burocrático, porém de maior essência de real necessidade. Como democracia pede transparência, e esta pede burocracia, o processo da política pública mesmo tendo o objetivo de ser imediata, passa por fases necessárias para prova de sua transparência, esta pela sua racionalidade e usada como referência, passa anos sendo usada, reavaliada e adaptada, porém em alguns casos, onde não é realizada reavaliação, acaba-se utilizando a mesma ideia e decisão de uma época diferente, de uma sociedade diferente, em virtude de um costume, uma moral construída em cima desta racionalidade, que por vezes não se adapta a novas causalidades, porém a decisão jurisprudencial, ainda prevalece.

As políticas públicas são a cara da Democracia, elas representam o bem de todos, com todos e para todos, o que torna esta democracia ainda mais utópica. As políticas públicas são muito vulneráveis e suscetíveis a modificações, reformulações e atualizações por serem estabelecidas de uma forma mais racional, portanto, valores morais e de costume são pouco empregados, uma vez que esta política servirá como base, planejamento onde todos devem tê-la como referência, a dinâmica e o fluxo do Estado as forma, mas também transformam e modificam. Embora a população necessite de algo racional, age moralmente, então por vezes, a política se torna incapaz de modificar a ação do sujeito, sendo este manipulado pela cultura e suas crenças.

Neste aspecto é importante salientar a existência das instituições que criam e que regulam estas políticas, são nelas que essas políticas irão surgir uma vez que se determina um aspecto específico para cada instituição, defendendo os interesses comuns sempre, em diversos aspectos. A maior importância das organizações formadoras de Políticas Públicas é que por vezes, a criação destas pode ser de um interesse particular e não coletivo, onde envolve os formuladores da política e também a população. Então mesmo sendo parte e frente democrática, é possível que as Políticas Públicas atendam a interesses de uma minoria predominante de poder político e partidário no Estado, a racionalidade permite isso, sendo algo racional ela pode atender a muitas hipóteses e ideias diferentes, desde que não fuja

do Direito Fundamental, garantido pela Constituição. Porém visto que estas instituições devem ser reguladas e vistoriadas para que ocorra descentralização destes evitando-se assim a conversão de decisões privadas em ações públicas e não atender a necessidades privadas que possam ser interpretadas como públicas.

As políticas públicas para a educação são um instrumento para que todas as escolas do país se espelhem e utilizem o método, os conteúdos que podem ser desenvolvidos. Para a educação básica é um norte, um mapa de como poderemos ensinar e o que ensinaremos. As políticas também nos defendem, nos protegem, citam direitos e deveres e deveriam ser politicamente seguidas e respeitadas. Mas ao tratar-se de educação temos um viés o qual não podemos deixar de observar que é o contexto social. A escola é uma das mais importantes instituições da sociedade, onde os indivíduos se inserem com o convívio de outras pessoas e neste convívio iremos lidar com as diferentes personalidades e com as diferentes criações familiares.

Há dados em nosso país que vão de encontro, como o número de reprovações e de fracasso escolar e como as políticas educacionais não preveem isso, uma vez que são de extrema qualidade se seguidas como devem ser. Então nos remete que os que indivíduos frequentadores da escola estão se modificando e isto, através da família, primeira instituição de convívio dos indivíduos. A família tem uma grande responsabilidade na sociedade em questão da educação e da formação de todos os indivíduos, neste caso, percebe-se que mais uma vez os dados e os aspectos da família mostram o resultado em situações de fracasso escolar, para iniciarmos a analisar um caso de fracasso é necessário que se tenha a informação da base da família da mesma.

Porém não se pode apenas basear-se na família ou rotular o sujeito como reflexo dos pais, uma vez que este é indivíduo e como tal, tem sua posição igualitária na sociedade e independente, uma personalidade, uma identidade própria, o que fará com que em alguns casos desses dados levantados onde a família é o reflexo do fracasso escolar dos filhos, mostrará o contrário dependendo do sujeito, portanto, seria equivocado generalizar.

A racionalidade das Políticas Públicas visam um padrão de escola, não significa que em determinado contexto social não é possível aplicar as políticas pois estas são adaptáveis e irá variar de professor para professor, mas de fato, as políticas não visam diferentes níveis sociais nem realidades diferentes de alunos, de

famílias, é um padrão o qual a sociedade tenta se adequar há muito tempo. Em contrapartida, professores que se baseiam nas políticas, fechadas, padrões e esperam que os alunos desenvolvam exatamente o que os parâmetros esperam, este está sendo negligente com a questão de que cada aluno é diferente, fazendo com estes se rotulem deficientes, sempre há a falta de alguma coisa em alunos com situação de fracasso escolar, falta de algum objetivo esperado previsto pelas políticas públicas. Charlot (2000) retrata sobre as deficiências em sua obra:

“A deficiência é uma falta, pois, dada como constitutiva do indivíduo. Mas, falta de quê? Mais uma vez, é interessante identificar o modo de pensar aí implícito. Quando um aluno está em situação de fracasso, constatam-se efetivamente faltas, isto é, diferenças entre esse aluno e os outros, ou também entre o que se esperava e o resultado efetivo.” (CHARLOT, Bernard, 2000 p. 27)

Essas deficiências dos casos de fracasso escolar é o que movem as grandes perguntas da análise. Elas identificam e caracterizam o fracasso escolar, por vezes deixam claramente que são deficiências anteriores ao momento do fracasso, algo que deve ter faltado ao indivíduo em etapas da vida, que no momento seriam necessárias o uso destas desenvolvidas, assim como podem ser enigmáticas uma vez que cada sujeito aprende de uma forma e desenvolve diferente dos outros, portanto, podemos não encontrar as tais deficiências logo de partida, porque mesmo tendo uma família sem as faltas, não significa que o sujeito irá desenvolver plenamente o que for esperado, este depende também do bom funcionamento do organismo e de outros fatores, estes biológicos, que irão afetar também ao fracasso escolar.

Visto que o professor quem lida diretamente com o fracasso escolar e este interligado também ao seu papel, ao seu trabalho, deve-se ter uma leitura positiva do sujeito, a observação de outras habilidades desenvolvidas pelo educando que possam ser realçadas e também entender a gênese deste fracasso, onde foi que este faltou, se foi um fator metodológico, sociológico ou biológico do indivíduo, a importância de um olhar amplo ao educando é sempre positiva e de grande valia para o desempenho deste, pois identificada a origem que levou ao fracasso e mediada este aspecto na medida do possível, possamos então, diminuir, sanar este fracasso e leva-lo ao sucesso mediante suas potencialidades.

Considerações Finais

Sobretudo, percebe-se que a educação amplia-se em assuntos políticos, quem cria as políticas para a educação deve se preocupar com o bem comum, e com o futuro da humanidade, que tipo de indivíduo quer que se forme para o futuro que serão os cidadãos da sociedade, como também há a preocupação do professor e da família se preocupar com isso, torna-se algo relativo de se discutir, uma vez que, a educação já não é tão levada a sério em algumas regiões onde é mais importante ter o que comer na mesa do que ir a escola ou escolher entre ir a escola e ter o que vestir, há déficits sociais que o governo, os criadores das políticas públicas ainda não resolveram e acabam implicando o processo educacional do país, bem como a valorização do professor, que está sendo minimizada cada vez mais. Portanto, é necessário uma reforma das políticas, de quem elabora as políticas e também de quem utiliza as mesmas para se obter um resultado diferente e satisfação tanto para a sociedade como para os indivíduos da escola.

Referências Bibliográficas

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Tradução de Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

DIAS, Reinaldo. *Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2002.

FERRAREZI, Elizabete e Saravia, Enrique (org.). *Políticas Públicas – coletânea – volume 1*. Brasília: ENAP, 2006